

SER-SE OUTRO LEGALIZADO: PRÁTICAS DE FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NA CLANDESTINIDADE COMUNISTA

por

Cristina Nogueira¹

Resumo: Este artigo analisa a clandestinidade comunista, entendida como uma forma de resistência à ditadura instaurada em Portugal e derrubada com a revolução de 25 de Abril de 1974. Com a “submersão” na clandestinidade havia toda uma performance que era necessário adotar para que os clandestinos conseguissem sobreviver e fugir às investidas da polícia. Este artigo pretende descrever esse processo e discutir a questão da identidade, a forma como os clandestinos se veem a si próprios, lançando pistas para um debate que não se pretende acabado.

Palavras-chave: Clandestinidade; Ditadura; Resistência.

Abstract: This article analyses the communist clandestinity, as a form of resistance to the dictatorship established in Portugal and overthrown with the 25 April Revolution. Going underground meant that a performance had to be adopted in order to allow the “clandestine” to survive and escape the police raids. This article aims to describe this process and to debate the issue of identity and the way the clandestine militants saw themselves. This article is understood as a part of an important ongoing debate.

Keywords: Clandestinity; Dictatorship; Resistance.

Este texto pretende dar nota de parte de uma realidade historicamente circunscrita, que não se repetirá, pelo menos da mesma forma, e cujo conhecimento nos poderá ajudar a refletir sobre o passado e também sobre o presente e o futuro próximo.

Durante o período do “Estado Novo”, forma como o regime instaurado com o Golpe de Estado de 28 de maio de 1926 e institucionalizado com a aprovação da Constituição plebiscitária de 1933 se auto-designava, existiram forças de oposição

¹ Investigadora do Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (IHC / NOVA FCSH). Doutorada em Ciências da Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto é Educadora de Infância dos quadros do Ministério da Educação.

e resistência ao regime. Hermínio Martins distingue quatro tipos de oposição na experiência portuguesa, existente entre 1945 e 1968, segundo dois critérios transversais – a legalidade e a perspectiva temporal:

(1) ‘oposição’ num sentido estrito, ou seja, o comportamento anti-regime orientado para oportunidades legais ou semi-ilegais de conflito político; (2) conspiração, consagrada pela tradição pretoriana portuguesa, por definição ilegal e episódica; (3) ‘resistência’ – oposição clandestina, com uma perspectiva estratégica de longo prazo; (4) paideia: a ação desenvolvida a longo prazo, tal como era a estratégia ‘metapolítica’ para a modernização das formas de pensamento e a mentalidade cultural da intelligentsia adotada por A. Sérgio (que é justamente considerado o maior pensador português e o mentor de gerações de intelectuais liberais) e pelo grupo Seara Nova².

Num Estado em que são proibidos os partidos políticos, para além do partido único e qualquer forma de associação e expressão fora dos parâmetros estabelecidos pelo próprio Estado, a resistência e a oposição mais aberta ao regime fez-se de forma ilegal, através de movimentos clandestinos e de forma semi-legal ou mesmo legal através dos movimentos de oposição ao regime. Distinguindo “resistência” e “oposição” verifica-se que “enquanto a primeira implica uma luta ativa, a segunda significa uma atividade política mais reduzida e pacífica, que pode até ser legal ou, pelo menos, tolerada”³.

A imagem do povo português dócil, pobre e amargurado mas resignado à sua sorte, transmitida por “A Lição de Salazar”, imagem amplamente difundida pelo “Estado Novo”, distribuída por todas as repartições públicas e divulgada através dos manuais escolares, não deixa ver o outro lado da moeda: a resistência que de forma ativa se fez sentir, umas vezes mais intensamente, outras vezes de forma mais tímida, em função de várias contingências, nomeadamente das investidas da polícia política e de todo o aparelho repressivo.

² Hermínio Martins, *Classe, Status e Poder* (Lisboa: ICS, 2006), p. 56.

³ Linda Raby Dawn, *Resistência Antifascista em Portugal 1941/74* (Lisboa: Edições Salamandra, 1988), p. 15.



Fig. 1. “A Lição de Salazar”⁴.

Obreiro ativo dessa resistência foi o Partido Comunista Português (PCP), o único partido político que conseguiu sobreviver à ditadura de Salazar, criando um aparelho clandestino sólido e eficaz. Como refere João Medina:

*Não obstante se terem manifestado, aqui e além, outros grupos partidários, outras agremiações políticas, ideológicas e sociais de resistência à nossa Ditadura, a verdade é que durante a maior parte da vigência da sua anómala situação foi, de facto, o PCP, partido de quadros e nunca verdadeiro partido de massas, que melhor soube resistir às ofensivas de uma particularmente apta polícia secreta, cuja missão essencial era precisamente a de erradicar aquela teimosa brotoeja soviética em terras da Lusitânia*⁵.

⁴ Biblioteca Nacional de Portugal / Cartazes.

⁵ João Medina, “Função e natureza do PCP na história portuguesa: Salazar e Álvaro Cunhal, ou a metáfora dos ‘dois cães de faiança’”, *Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa* (nova série – 12, primeiro semestre de 2005), pp. 9-24.

A “teimosa brotoeja” para conseguir impor-se teve de se tornar secreta e ilícita, ou seja... clandestina! Isso obrigou ao *mergulho* na clandestinidade de muitos dos seus militantes, que se passaram a dedicar exclusivamente à luta política, tornando-se revolucionários profissionais, de acordo com o modelo de organização Leninista de partido e que assim viram, não só a sua atividade enquanto militantes do PCP, mas toda a sua vida ser objeto de secretismo e ilegalidade.

SER-SE CLANDESTINO

Mergulhar, “termo usado pelos militantes quando se referem à passagem à clandestinidade, remete para a ideia de submersão, de envolvimento, de afundamento, de imersão. Remete para a ideia de que com a passagem à clandestinidade se passava a um outro estado, diferente do anterior – um estado de invisibilidade resultante da submersão a que se está sujeito”⁶. É numa situação de busca da permanente invisibilidade que um clandestino deve viver.

Estes, eram homens e mulheres que abandonavam as suas famílias, as suas terras, os seus amigos, as suas profissões e que iam organizar a luta contra o regime fascista instituído em Portugal. Eram homens e mulheres que em nome de um ideal iam para uma terra distante e estranha, viver, muitas vezes, com um/a desconhecido/a.

*A iminência da prisão, das torturas, do assassinato, de longos anos de condenação, pesam sobre a vida dos comunistas desde a primeira hora em que deixaram a sua vida normal para entrar na clandestinidade. Acossados como animais pelas forças repressivas fascistas, têm que mudar de nome e viver em casas onde fazem uma vida de dupla personalidade, sempre sujeitos a abandonar tudo à menor suspeita de vigilância policial*⁷.

A situação de “liminaridade”⁸, definida como o momento de margem nos ritos de passagem na qual os sujeitos se encontram numa espécie de processo transitório de morte social, para posteriormente se reintegrarem na estrutura social, deixa de ser uma situação transitória na passagem à clandestinidade. Com o *mergulho* as pessoas veem-se destituídas das suas posições sociais anteriores, sem que isto

⁶ Cristina Nogueira, *Vidas na Clandestinidade* (Lisboa: Edições Avante!, 2011), p. 35.

⁷ José Dias Coelho, *A Resistência em Portugal* (Porto: Editorial Inova, 1974), p. 39.

⁸ Victor Turner, *The Anthropology of Performance* (New York: PAJ Publication, 1988).

seja uma condição transitória, ou melhor dizendo, esta situação de transitoriedade ocorre durante todo o período de permanência na clandestinidade, o que significava normalmente muitos anos ou até toda a vida de uma pessoa. Quando passavam à clandestinidade, os militantes nunca sabiam qual seria o período de tempo em que permaneceriam nesta situação. O fascismo não tinha uma data certa para terminar, e embora se pudesse sair da situação de clandestinidade isso nem sempre era fácil porque podia trazer consigo os riscos eminentes de prisão. Quando cada um decidia *mergulhar*, sabia que podia estar clandestino para o resto da sua vida, e portanto esta decisão significava assumir a clandestinidade como projeto de vida. Esta “condição liminar permanente” foi a forma encontrada para lutar contra a estrutura social vigente e o único modo possível de organização social para desempenhar as tarefas de luta contra a ditadura a que se propunham.

A vida na clandestinidade revestia-se de regras e formas de conduta específicas. Cada um, para permanecer clandestino, tinha de mascarar a sua identidade, devia transformar-se, tornar-se anónimo, mimetizar-se no ambiente envolvente e assumir uma nova identidade, ou melhor, uma nova forma de identificação ao representar um papel que não foi construído através do seu percurso de vida.

Desde logo, devia alterar o seu nome. Apesar de todos aqueles que exerciam atividade partidária, clandestinos ou não, usarem pseudónimos, era na clandestinidade que eles se sobrepunham ao nome de cada um. Um clandestino deixava permanentemente de usar o seu nome e passava a identificar-se com o pseudónimo que usava mais regularmente. Existiam os nomes falsos, usados por exemplo no arrendamento das casas e no contacto com os vizinhos, e os pseudónimos utilizados para a atividade partidária:

O meu [pseudónimo era] Lucinda (risos), mas tive vários nomes, sei lá, Margarida, ainda há uma camarada no Barreiro que me chama Margarida. A gente tinha de mudar de nome, porque senão depois podia haver qualquer coisa que os gajos podiam apanhar (Teodósia Gregório)⁹.

“Utilizado a partir da década de 30 e composto geralmente por dois nomes passa a partir dos anos 40 a ser composto apenas por um nome, que tanto podia ser um nome próprio como um apelido – João, Vilar, António, Melo, Lira, Fontes... Era um nome vulgar, que pretendia passar anónimo”¹⁰. Na atividade política eram usados vários pseudónimos, de acordo com o organismo em que o clandestino se encontrava.

⁹ Entrevista a Teodósia Vagarinho Gregório, Lisboa, 18 de Fevereiro de 2003, 2 cassetes.

¹⁰ Cristina Nogueira, *Vidas na Clandestinidade* (Lisboa: Edições Avante!, 2011), pp. 87-88.

As mulheres que desempenhavam uma atividade política de organização ou direção usavam frequentemente pseudónimos masculinos. É o caso de Sofia Ferreira que foi “Soares”, Georgette Ferreira, “Paiva”, ou Cândida Ventura, “André”. A utilização destes pseudónimos era usada com a justificação de que assim era mais difícil de descobrir a identidade dos seus detentores, no entanto, não são conhecidos pseudónimos femininos usados por homens, o que se pode justificar devido à cultura masculina dominante e ao desconforto que a utilização de um pseudónimo feminino provocaria a um homem.

A utilização de pseudónimos implicava que mesmo aqueles que diária e diretamente contactavam com o clandestino, por vezes durante anos, desconhecassem a sua verdadeira identidade:

O Blanqui Teixeira enquanto não foi preso a gente não sabia quem ele era. Dávamos-lhe um nome qualquer ou ele nos dava..., pronto ele era o “Carlos”, por acaso acho que o pseudónimo dele era “Carlos”. Mas podia ser esse nome, (podia ser o pseudónimo por que eram conhecidos no Comité Central) como podia ser outro qualquer, dependia. Uns davam uns, outros davam outros, conforme. Mas o nome deles nunca nos era dito. O Octávio Pato, a gente conhecia-o, desde aqui de Matosinhos, mas não sabíamos que era o Octávio Pato, nem sequer sabíamos que era de Vila Franca, e nós éramos de Alhandra, portanto nós éramos vizinhos. Éramos conterrâneos. [...] Nós não sabíamos. Só sabíamos quando eles eram presos (Domicilia Costa)¹¹.

A camuflagem necessária à vida clandestina fazia-se incidir nos mais pequenos gestos do quotidiano e também na aparência física daqueles que pretendiam passar incógnitos. O penteado, o traje, os acessórios... tudo era pensado para estar de acordo com o meio envolvente e para esconder qualquer possível ligação à anterior vida do clandestino. Maria da Silva Carvalho refere:

[...] a certa altura tinha uns sapatos que trouxe, que eram uma delícia de maleáveis, macios, que me davam um andar e os camaradas embirravam com aqueles sapatos, achavam que tinham um aspeto, e é possível que sim, que ninguém andasse com uns sapatos daqueles (risos) e então eu passava a ser conhecida pelos sapatos, eles disseram-me “deita isso fora”¹².

¹¹ Entrevista a Domicilia Costa, Porto, 25 de Outubro de 2004, 2 cassetes.

¹² Entrevista a Maria da Silva Carvalho, Almada, 30 de Março de 2005, 4 cassetes.



Fig. 2. Diferentes fotografias de “Pável”, Francisco Paula de Oliveira, em que são visíveis diversos disfarces¹³.

Mas a mudança de nome ou de aspeto físico não era suficiente. Era preciso criar uma personagem e representar um papel, criar uma ilusão. Acima de tudo aparentavam que não sabiam nada de política, nem queriam saber, e que viviam uma vida pacata e normal como qualquer pessoa. Isso implicava cuidados nos mais ínfimos pormenores para não se cair em “faux pas”, o que de acordo com Goffman¹⁴ acontece quando são introduzidos factos da vida passada do ator durante a representação que desacreditam ou enfraquecem as projeções que o ator está tentando fazer relativamente à sua personalidade. Na situação de clandestinidade o descrédito introduzido por uma falha do ator não produziria apenas o constrangimento que ocorreria numa situação social normal, mas acarretaria os inerentes perigos de ser desocultado e em consequência disso, preso e sujeito a tortura. A representação tinha de ser levada a cabo até ao fim e não podia ser interrompida, aceitando-se o risco de duplicidade que ela implicava:

Uma vez no Porto, uma operária, eu estive uns poucos de anos no Porto, trabalhava na fábrica da Senhora da Hora e eu estava ali na Areosa, que não era muito longe e eu lembro-me que eles estavam a trabalhar lá, na fábrica têxtil e às vezes eles aperceberam-se, a gente conversava, procurávamos conversar de um monte de coisas e eles liam o jornal e

¹³ ANTT. Arquivo PIDE/DGS, Proc. 25/38.

¹⁴ Erving Goffman, *A Representação do Eu na Vida Quotidiana* (Petropolis: Vozes, 1999), p. 192.

eu fingia que não lia muito, o jornal era para o marido, não é verdade (risos). Nessa casa onde estava esse casal, no fim estavam lá outro casal que era do PC e esses acho que eram também, e o casal onde eu estava a morar era de um cunhado e eles é que tinham alugado a casa e depois soube que eles eram do PC e perguntavam-me às vezes assim, esses nem perguntavam assim muito, mas eu acho que desconfiaram, o mal é quando desconfiam, e então pediam o jornal de vez em quando, esse casal que trabalhava na Senhora da Hora, pediam-me o jornal de vez em quando e depois a certa altura trouxeram-me lá um documento que era do sindicato, lá da Senhora da Hora, porque havia lá uma luta qualquer, depois deram-me a ler que era um documento, uma espécie de manifesto que distribuíram e eu não mostrei assim muito interesse, porque aquilo eram coisas que eu não conhecia, não fazia ideia “o que é que acha?”, “não sei, eu não sei, vocês é que sabem melhor porque estão lá a trabalhar” (Maria da Silva Carvalho).

Esta assunção de uma nova identidade que obrigava a uma atenção pormenorizada aos detalhes, entre eles, a forma de falar, a pronúncia ou os termos usados na conversação, levam-nos até James Scott e aos conceitos de “discurso público” e “discurso oculto”¹⁵. O primeiro é “sistematicamente enviesado na direção do libreto, do discurso interpretado pelo grupo dominante. Em termos ideológicos, o discurso público, tende, por força do seu tom conciliador, a produzir justificações convincentes para a hegemonia dos valores e do discurso dominante”¹⁶, enquanto o segundo “tem lugar nos ‘bastidores’, fora do campo de observação direta dos detentores de poder”. No caso da situação de clandestinidade, o “discurso público” era usado perante toda a sociedade, pois numa situação de ditadura, como a que se vivia em Portugal, todos poderiam ser “informadores” da polícia política e detetar o menor “deslize” no discurso, que deveria estar de acordo com o discurso dominante. O “discurso oculto” surgia apenas entre “camaradas do partido”, de estrita confiança e revelava-se através das folhas impressas dos jornais e panfletos que o PCP distribuía à população e nas palavras de ordem pintadas nas paredes. Aqui, a linguagem era outra e dava conta de uma realidade de lutas e conquistas, uma realidade de resistência, desconhecida de grande parte da população. Como refere James Scott, “as relações de dominação são, simultaneamente, relações de resistência.

¹⁵ James Scott, *A Dominação e a Arte da Resistência – Discursos Ocultos* (Lisboa: Livraria Letra Livre, 2013).

¹⁶ James Scott, *A Dominação e a Arte da Resistência – Discursos Ocultos*, p. 31.

Uma vez estabelecida, a dominação não se auto-perpetua naturalmente”¹⁷, acrescentando que “as elites dominantes procuram retratar a ação social no discurso público como, numa imagem metafórica, um desfile, negando deste modo por omissão, a possibilidade de uma ação social autónoma por parte dos subordinados”¹⁸. Era este o papel que desempenhava a censura prévia – a ocultação de qualquer forma de ação social por parte dos dominados. Era a desocultação desta ação e o apelo à luta e à resistência que era a função da imprensa do PCP. Contudo, por vezes, existia um “discurso público” que escondia no seu interior um outro discurso. Para conseguir passar as malhas da censura, por vezes o discurso tinha de usar os cânones do discurso dominante, “enganando” os censores. Exemplo disso foi o anúncio publicado no jornal *O Primeiro de Janeiro* aquando da prisão de Álvaro Cunhal, Militão Bessa Ribeiro e Sofia Ferreira em 1949¹⁹.

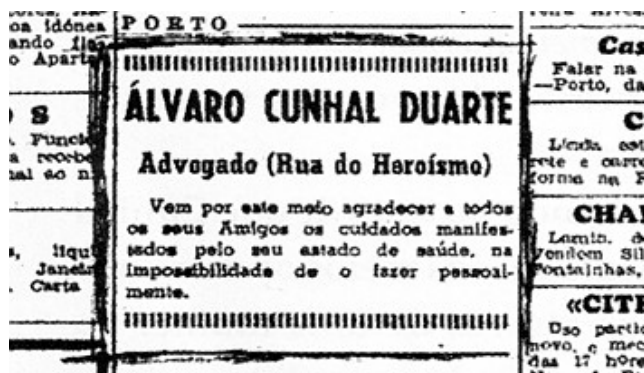


Fig. 3. *O Primeiro de Janeiro*, de 27 de Março de 1949.

Com este anúncio um grupo de oposicionistas pretendia alertar o PCP para a prisão destes seus dirigentes. Duarte era o pseudónimo de Álvaro Cunhal e a Rua do Heroísmo era onde se situava a sede da polícia política.

A longevidade do PCP durante o “Estado Novo” deveu-se à existência de uma forte ligação à realidade e a uma rede de apoio alargada de militantes, simpatizantes, amigos e apoiantes, formada pelas *casas de apoio* disponibilizadas pelos “amigos do Partido”, serviços médicos e uma rede de recolha de *fundos* e donativos, contudo o coração da organização assentava na rede clandestina

¹⁷ James Scott, *A Dominação e a Arte da Resistência...*, p. 83.

¹⁸ Scott, *A Dominação e a Arte da Resistência...*, p. 83.

¹⁹ Álvaro Cunhal Duarte. Advogado (Rua do Heroísmo). Vem por este meio agradecer a todos os seus Amigos os cuidados manifestados pelo seu estado de saúde, na impossibilidade de o fazer pessoalmente.

propriamente dita, formada pelo *aparelho ilegal*, as *casas do Partido*²⁰. A casa clandestina representava o pouso seguro, contra os riscos do mundo exterior e era onde viviam os clandestinos e onde se encontravam o *aparelho técnico*, o *aparelho de falsificações e de fronteiras*.

Nestas casas vivia normalmente um casal de clandestinos, heterossexual, aparentando ter uma vida “normal”, e procurando o mais possível o mimetismo com o meio envolvente. Maria Luísa Costa Dias, referindo-se à vida na clandestinidade descreve-a como “um jogo que exige muito auto-domínio, muita perspicácia, muito sentido psicológico e a arte de olhar os factos e as pessoas com os olhos da sua realidade e... da nossa”²¹.

Como nos disse Margarida Tengarrinha;

[...] depois tem de dizer algumas coisas, quem eram os pais ou assim e tínhamos de fazer em geral um resumo muito pequeno daquilo que dizíamos para a vizinhança, e muito pequeno porque quanto mais pequeno é menos mentiras se diz e principalmente menos contradições ocorrem, quanto menos se diz menos nos contradizemos, mas de toda a maneira tínhamos de assumir de facto essa pseudo-personalidade, que acabava por ser muito pesada e tínhamos de estar atentos porque se eu ali era D. Luísa, se me chamavam D. Luísa tinha que atender, se ia na rua fazer as compras à mercearia e me diziam D. Luísa eu tinha que voltar a cara e responder “como está, minha senhora”. Tínhamos que automatizar a personalidade que tínhamos assumido, a identidade, melhor dito, não personalidade e tínhamos de automatizar a identidade porque não podíamos correr o risco de falhar (Margarida Tengarrinha)²².

²⁰ A este propósito ver, entre outros: Alexandre Castanheira, *Outrar-se ou a longa invenção de mim* (Porto: Campo das Letras, 2003); José Dias Coelho, *A Resistência em Portugal* (Porto: Editorial Inova, 1974); Joaquim Gomes, *Estórias e Emoções de uma Vida de Luta* (Lisboa: Edições Avante!, 2001); Soeiro Pereira Gomes, *Contos Vermelhos* (Lisboa: Edições do MJT, 1974); Manuel Pedro, *Resistentes* (Lisboa: Edições Leitor, 2007); José Pacheco Pereira, *A Sombra. Estudo sobre a clandestinidade comunista* (Lisboa: Gradiva, 1993); Vanessa Almeida, *Mulheres da Clandestinidade* (Lisboa: Parafisal, 2017); João Madeira, *História do PCP: das origens ao 25 de Abril (1921-1974)* (Lisboa: Tinta da China, 2013).

²¹ Maria Luísa Costa Dias, *Crianças Emergem da Sombra. Contos da Clandestinidade* (Lisboa: Edições Avante!, 1982), p. 61.

²² Entrevista a Margarida Tengarrinha, Lisboa, 21 de Junho de 2005, entrevista gravada, 1 cassette.

SER-SE OUTRO LEGALIZADO

Como é natural em todo este contexto, a existência de documentos que pudessem atestar a identidade dos seus portadores era importante para atividades da vida quotidiana como arrendar casa, passar fronteiras, conduzir bicicleta ou automóvel e até para a deslocação a um hospital em caso de parto ou doença. Foi com o objetivo de montarem um *aparelho de falsificação* que pudessem criar documentos que dessem resposta a esta necessidade que, em 1955 Margarida Tengarrinha e José Dias Coelho *mergulharam* na clandestinidade. Ambos com formação em Belas Artes eram os militantes adequados para a falsificação de documentos: bilhetes de identidade, passaportes, livretes de bicicletas necessários à atividade clandestina. Margarida Tengarrinha, num texto autobiográfico conta como reagiu à proposta daquela que seria a sua tarefa e a do seu companheiro – “criar uma oficina de falsificações do Partido, diretamente ligada ao Secretariado do Comité Central” – referindo “ficámos aterrados com a tremenda responsabilidade que a tarefa implicava e imensamente desiludidos com esse trabalho oficial, monótono e insípido, que não se coadunava com as nossas expetativas de heroicas ações revolucionárias”²³.

A falsificação é o resultado de uma intenção enganosa de quem apresenta como verdadeiro o que sabe não o ser, constituindo por isso fraude. Criminalmente punida e moralmente condenável é na generalidade das vezes usada para proveito daqueles que a ela recorrem e, ainda que nem sempre aconteça, o enriquecimento ilícito será o motivo dos casos mais conhecidos. É o que geralmente acontece com a falsificação de obras de arte e é o que acontece com a falsificação de dinheiro. Neste caso, a falsificação de documentos visava facilitar a vida difícil dos clandestinos durante o “Estado Novo” e, sendo criminalmente punida não era por certo moralmente condenável, até porque não seria usada para benefício próprio mas inscrevia-se num projeto maior de luta comum: a luta contra a ditadura portuguesa!

Margarida Tengarrinha e José Dias Coelho resolveram “utilizar a gravura em metal para reproduzir os selos em branco e a gravura em linóleo para os carimbos”. Não sendo na época a gravura estudada na Escola de Belas Artes e sendo pioneiros, juntamente com outros artistas nesta técnica, foi com a ajuda de Alice Jorge, Júlio Pomar e Sá Nogueira, que estavam a formar a Cooperativa de Gravura, que conseguiram os materiais necessários para a execução dos selos

²³ Margarida Tengarrinha, *Memórias de uma Falsificadora, A Luta na Clandestinidade pela Liberdade em Portugal* (Lisboa: Edições Colibri, 2018), pp. 23-25.

em branco. José Dias Coelho dedicou-se aos selos em branco, desenvolvendo o trabalho da gravura em metal,

*[...] cobrindo com betume judaico a face do zinco a gravar e as costas e arestas da placa defendidas com goma laca, para não serem roídas pelo ácido. Sobre o betume eram desenhados rigorosamente os motivos dos selos do Governo Civil de Lisboa para os passaportes, do Arquivo de Identificação de Lisboa para os Bilhetes de Identidade, e mais tarde das Cartas de Condução. Deixando o desenho a descoberto com um cuidadoso trabalho de estilete, começava a mordedura dos ácidos, cuidadosa e lenta até ser atingida a profundidade necessária. Limpa a placa, que ficava sendo a fêmea, tirava-se sobre ela o molde em gesso, que passava a atuar como macho, esmagando o papel entre as duas placas e marcando assim o relevo. Ao cabo de algumas utilizações do selo branco era necessário renovar a placa de gesso, que se desgastava muito rapidamente*²⁴.

Margarida Tengarrinha dedicou-se à gravura em linóleo “para copiar os carimbos de fronteira da PIDE, que eram metálicos e portanto tinham uma impressão muito semelhante à do linóleo”. Para cada carimbo da fronteira portuguesa correspondia um carimbo da fronteira espanhola que era de borracha e que portanto não era passível de ser falsificado com o linóleo. José Dias Coelho foi o inventor de um processo complicado com borracha virgem “que depois teria de ser cozida pressionado sobre o molde em gesso bem seco tirado sobre o linóleo gravado”. Este molde seria a fêmea do carimbo espanhol previamente cortado no linóleo, com a sua letra muito fina.

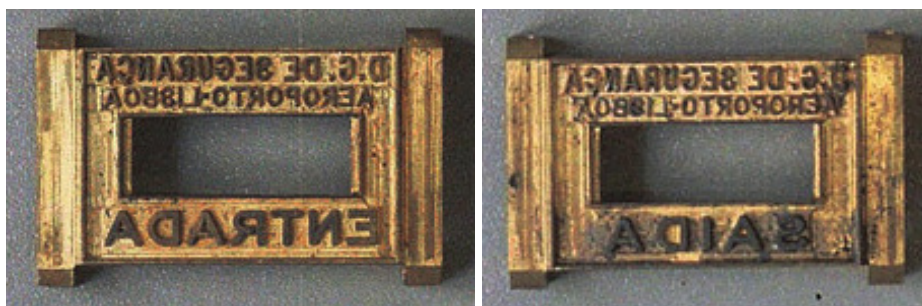


Fig. 4. Carimbos de entrada e saída de fronteiras²⁵.

²⁴ Margarida Tengarrinha, *Memórias de uma Falsificadora...*, p. 44.

²⁵ ANTT. Arquivo PIDE/DGS, Proc. 671/33.

Esta oficina de falsificação veio a acomodar, cerca de dois anos depois um “estúdio fotográfico”, já que para os documentos eram necessárias fotografias, e muitos clandestinos conhecidos da polícia política não deviam ir a fotógrafos. Passaram então a arrendar casas com despensa que pudesse ser usada como câmara escura para a revelação das fotografias.

Quando a oficina de falsificações estava montada e os processos de falsificação devidamente testados e consolidados, havia que ensinar outros, num processo muito comum na clandestinidade comunista de “passagem de testemunho”.

É assim que no final de 1960 Júlio Martins e Natália David passam a viver com o casal José Dias Coelho e Margarida Tengarrinha, com o objetivo de aprenderem as técnicas de falsificação. Aparentemente foi uma aprendizagem bem-sucedida, já que o Bilhete de Identidade falso de Margarida Tengarrinha estava tão fiável que até mereceu reconhecimento notarial.



Fig. 5. Bilhete de identidade falso de Margarida Tengarrinha e reconhecimento notarial da assinatura²⁶.

Foi o casal Júlio Martins e Natália David que ficaram com esta responsabilidade, tendo Margarida Tengarrinha passado a assumir funções na comissão de redação do jornal “Avante!”, e tendo ficado José Dias Coelho com a responsabilidade do Setor Intelectual de Lisboa. Esta tarefa só a pôde levar a cabo até Dezembro de 1961, altura em que quando se dirige para um encontro, é assassinado pela polícia política numa rua de Alcântara.

Sabe-se que esta transmissão de conhecimentos atingiu outros clandestinos que vieram a trabalhar na oficina de falsificações. Maria da Silva Carvalho contou-nos:

²⁶ Documentos publicados em Margarida Tengarrinha, *Memórias de uma Falsificadora – a luta na clandestinidade pela liberdade em Portugal* (Lisboa: Edições Colibri, 2018).

[Aprendi] com um outro camarada que também aprendeu não sei com quem e depois me passou a tarefa, não foi passar propriamente a tarefa, ele é que era o meu superior; digamos assim, todos os trabalhos que eu fazia, discutíamos primeiro, víamos o documento, como é que será melhor, o que é que se porá aqui, qual é o nome que se vai tirar para mudar para outro. Havia alguns que não era difícil, por exemplo o António era Antónia, Manuel era Manuela, acrescentávamos um A. Mas fizemos coisas excelentíssimas, muito bem feitas, mas ele ensinou-me isso e dependia também da sensibilidade e da habilidade manual, eu gostava muito de desenho e conseguia fazer aquelas coisas.



Fig. 6. Carta de Condução falsa de Joaquim Pires Jorge²⁷.



Fig. 7. Carta de Condução falsa de Domingos Abrantes²⁸.

²⁷ ANTT. Tribunal Plenário de Lisboa, 1.º Juízo Criminal, Proc. 16145/62.

²⁸ ANTT. Tribunal da Comarca de Lisboa, 4.º Juízo Criminal, Proc. 110/65.

Com a existência de um *aparelho de falsificação* criado a partir de 1955 o papel representado pelos clandestinos assumia outra veracidade, o que facilitava muito a vida na clandestinidade. Assim, não só se era outro, se representava um papel como se era outro legalizado. Havia documentos que diziam que se era quem se dizia ser, o que ajudava na passagem de fronteiras, mas também em atividades mais comuns como o arrendamento de casas ou a condução de um automóvel. Essa outra identidade enganava por vezes a polícia política, como aconteceu com José Gregório que aparece primeiramente identificado como António Mateus no Registo Geral de Presos.

2121

N.º 10621

Altura 1,70

Cor Branca

Nacionalidade Portuguesa

Nome e alcunha António Mateus digo: José Gregório junior (c.s. 322)

Estado Civil Casado

Profissão Albergueiro - viduado

Naturalidade Figueira da Foz

Data do nascimento 19-3-1908 30

Residência Rua da Vitória, 12, 1.º andar, Fátima, Lisboa

Outras indicações

N.º do processo de valores ou documentos apreendidos 1129/938

Biografia Prisional

Recusado pela Direcção em 28-8-1988, para a verificação, recolhendo a uma esquadra incomunicável (c.s. 240). Transfido para a 1.ª P. quadra em 17-11-38 (c.s. 322). Transfido para a P. quadra do Aljube em 19-11-38 (c.s. 325). Transfido para a P. de Baxias N. Norte em 27-11-38 (c.s. 332). Transfido para a 1.ª Esquadra em 6-5-39 (c.s. 108). Transfido para o Depósito de Prisioneiros de Fátima em 7-5-39 (c.s. 118). Recusado pelo P. D. em 6-5-1988 tendo sido condenado ao prazo de 28 meses de prisão efectiva, que decorreu a prisão efectiva, ficando a 108 dias o prazo de prisão efectiva, para 5 anos e 609 dias de prisão efectiva, sendo substituído por 3-5-1940 (c.s. 159).

Fig. 8. José Gregório inicialmente identificado como António Mateus no Registo Geral de Presos²⁹.

²⁹ ANTT. Arquivo PIDE/DGS. Registo Geral de Presos, Livro 54, n.º 10621.

IDENTIDADE: AFINAL QUEM SOU EU?

A clandestinidade obrigou a que cada um mascarasse a sua identidade debaixo de um nome, aspeto físico, linguagem, comportamento e até documentos que o levavam a ser outro(s). Isto obriga-nos a questionar a forma como cada clandestino se vê a si próprio, na medida em que a clandestinidade era uma “vida fora da vida”, em que os traços da identidade individual deveriam ser camuflados, escondidos, anulados. Na vida de clandestino pode ter ocorrido uma fragmentação da identidade pessoal e simultaneamente um fortalecimento de uma identidade coletiva.

Não cabe neste artigo uma revisão bibliográfica do conceito “identidade”, nem tão pouco uma crítica dessa noção, tal como defendeu Levi-Strauss, quando afirmou que “toda a utilização da noção de identidade [deve] come[çar] por uma crítica dessa noção”³⁰, contudo convém esboçar de forma leve o que se entende por identidade.

Sem se pretender cair na dicotomia identidade pessoal / identidade social, entende-se que se a identidade pessoal se apoia na interiorização do social, o social também se elabora pela projeção dos atributos individuais no grupo. Considera-se ainda que a identidade é dinâmica, múltipla e diversificadamente construída e admite-se que os indivíduos são capazes de mudança ao longo do tempo, produzida por momentos de tensão e de desequilíbrio, as crises de identidade. Considera-se ainda, que existe uma ideia de unidade e de continuidade e que o indivíduo faz escolhas e adota estratégias para ultrapassar essas crises.

Adota-se a perspetiva de Goffman quando admite que as identidades são múltiplas, flutuantes e situacionais. Goffman distingue identidade social, identidade pessoal e identidade do ego. As identidades sociais são constituídas pelas categorias sociais mais vastas a que o indivíduo pertence. Entre estas, distinguem-se as identidades sociais primárias e categoriais. As primeiras referem-se às relações sociais diretas que têm por base os amigos, o local de trabalho, as associações locais, etc., enquanto que as identidades categoriais dizem respeito às relações sociais indiretas, ou seja, referem-se à etnia, nacionalidade, classe social, clube desportivo, etc.

A identidade pessoal é “a continuidade orgânica imputada a cada indivíduo, que é estabelecida através de marcas distintivas como o nome ou a aparência, e que são derivadas da sua biografia”³¹, enquanto que a identidade do ego ou a identidade

³⁰ Claude Dubar, “Usages sociaux et sociologiques de la notion d’identité”, *Education Permanente* (n.º 128, 1996), pp. 37-43.

³¹ J. M. Oliveira Mendes “O desafio das identidades”, in *Globalização: Fatalidade ou Utopia*, organização de Boaventura Sousa Santos, pp. 489-521 (Porto: Edições Afrontamento, 2001).

“sentida” é a “sensação subjetiva da sua situação, da sua continuidade e do seu carácter, que advém ao indivíduo como resultado das suas experiências sociais”. A identidade pessoal e a identidade social fazem parte das definições dos outros em relação ao indivíduo cuja identidade está em causa, enquanto a identidade do ego é subjetiva, reflexiva e tem de ser sentida pelo indivíduo. A identidade do ego define-se e constrói-se pela pressão dos grupos a que o indivíduo pertence, pois como refere Goffman “a natureza de um indivíduo, como ele e nós a imputamos, é gerada a partir da natureza das suas filiações de grupo”³².

No entanto, apesar da pressão socializadora dos grupos ser forte e determinante existe sempre a possibilidade de o indivíduo resistir a estas pressões. A visão de Goffman e a distinção analítica destes três tipos de identidade fornece uma explicitação para o vaivém existente ao longo do processo de construção e reconstrução identitária que se considera útil e pertinente.

Lipiansky define a identidade destacando cinco princípios que caracterizam o conceito:

- (a) *A identidade é dinâmica e não pode ser concebida como fixada ou estabilizada em qualquer momento da vida;*
- (b) *a experiência do outro é extremamente importante para a produção da consciência de si mesmo, pois a identidade constrói-se a partir de múltiplas interações do sujeito com o seu meio, em particular o seu meio social;*
- (c) *A identidade é multidimensional e estruturada, na medida em que o sujeito é confrontado com situações que exigem uma resposta identitária específica (como mãe ou pai, trabalhador, cidadão, etc.), constituindo a identidade não uma justaposição destas respostas identitárias, mas uma integração mais ou menos coerente e funcional;*
- (d) *apesar da mudança ao longo do tempo, o sujeito tem uma consciência da sua unidade e continuidade, e os outros reconhecem-no como ele mesmo*³³.

Um dos aspetos que é notório no discurso dos clandestinos é a desvalorização da vida individual e a sua incorporação no coletivo, ou seja, há uma desvalorização da identidade individual e uma valorização da identidade social. Isto é notório quer quando se verbaliza a desvalorização de aspetos da sua vida e também através da

³² Oliveira Mendes, “O desafio das identidades”, pp. 489-521.

³³ E-M Lipiansky, I. Taboada-Leonetti, A. Vasquez, “Introduction à problématique de l’identité”, in *Stratégies Identitaires*, direção de Carmel Camilleri et al., (Paris: PUF, 1990). pp. 125-148.

linguagem usada. O “nós” é usado mesmo quando as perguntas são individuais e até pessoais em detrimento do “Eu” que só muito esporadicamente é utilizado.

Esboçados estes traços que definem a noção de identidade e enquadrada a nossa posição quanto a este conceito, convém debater a identidade que outros atribuem aos clandestinos. São muitas vezes vistos como vítimas³⁴, sendo assim acentuado o sofrimento que padeceram quer pela vida clandestina e tudo o que isso implicou: afastamento de familiares e amigos, separação dos filhos, interrupção de trabalhos e carreiras, dificuldades económicas entre outras, quer pela repressão sentida, nomeadamente pela prisão e pelas torturas sofridas por muito. Parece-nos contudo, pelo conhecimento que nos foi dado através de longas horas de testemunhos recolhidos que os clandestinos não gostariam de se ver reduzidos à condição de vítimas.

Falar em vítimas acentua a dimensão do sacrifício a que se submeteram com o consequente sentimento de compaixão que normalmente lhe está associado. Apesar de terem sido de facto vítimas de um regime ditatorial, a opção pela clandestinidade com todos os riscos inerentes partiu deles próprios e sempre que se referem ao seu sofrimento tendem a desvalorizá-lo, falando sempre de um outro que esteve mais anos clandestino, ou numa época pior ou que esteve mais anos preso ou que foi mais torturado. Como refere António Dias Lourenço, foi uma opção assumida por uma questão de consciência:

*Estas coisas que nós passamos eram coisas assumidas. Eu quando passei à clandestinidade assumi o risco da clandestinidade, e com tudo aquilo que implicava essa assunção, podia ser preso, podia ser torturado, podia ser torturado até à morte, podia estar uma data de anos na cadeia, e portanto, isso era uma assunção que tínhamos, não por grande obreirismo ou por valentia, era uma questão de consciência.[...] É de facto uma assunção, é assumido. Nós optamos por uma posição política, e nesta opção, nesse tempo nós púnhamos as nossas qualidades básicas, que tu tens e outros têm, com a outra adicional da consciência na luta, púnhamos isso ao serviço da nossa causa. A minha vida não me pertence, pertence àquilo que estamos a fazer, e portanto na prática, nós arriscávamos assumidamente a vida*³⁵.

³⁴ Veja-se a este propósito o livro coordenado por João Madeira, *Vítimas de Salazar: – Estado Novo e Violência Política* (Lisboa: Esfera dos Livros, 2007). Não se debruçando sobre os clandestinos, mas sobre todos aqueles sobre os quais foi exercida violência política, nomeadamente a prisão e as torturas entende-as como vítimas, sendo este o traço identitário que sublinha.

³⁵ Entrevista a António Dias Lourenço, Lisboa, 17 de Fevereiro de 2003, 2 cassetes.

Por outros são vistos como heróis, acentuando-se assim a coragem, tenacidade, abnegação e a capacidade de sacrifício e de dedicação à luta. Parece-nos que esta também não é a forma como se veem a si próprios pois por várias vezes nos sublinharam a ideia de que não possuem qualidades excepcionais, e de que a sua capacidade de resistirem às torturas e à prisão, de viverem clandestinos, com tudo o que isso implicava, e de continuarem a lutar por algo em que acreditavam era algo de que qualquer um seria capaz nas mesmas condições. Sérgio Vilarigues diz-nos:

*[...] as pessoas “ah eu não era capaz”, toda a gente é capaz, o que é indispensável é estar metido em sarilhos, essa é a ideia que eu tenho. Pronto, eu conheço mesmo, por acaso foi a minha primeira companheira que morreu e via um ratinho e quase que batia com a cabeça no teto com o pulo e o grito que dava, e foi presa, foi presa e claro, a visita era um ratinho e ela dava de comer ao ratinho, à mão, e o ratinho aparecia à hora certa para comer, mas depois de sair em liberdade, porque isto passou-se em 1939, depois de sair em liberdade, a mesma coisa, uma barata, uma osga e está quieto*³⁶.

Também António Dias Lourenço refere que eram como todas as outras pessoas:

Nós tínhamos as qualidades que têm as pessoas normais, a coragem, a firmeza de carácter; etc. etc., tínhamos outra coisa mais que era a consciência que vem com a luta [...].

Parece-nos que acima de tudo se veem a si próprios como resistentes. Pessoas que perante determinado contexto não ficaram passivas, optaram, assumiram-se como autores e construtores do mundo em que viviam. Sem se sentirem nem vítimas nem heróis, possuem um sentimento de unidade e continuidade da vida e o da satisfação que daí resulta surge em torno da construção de uma “identidade resistente”, forjada de forma forte e profunda. Parece-nos que o sentido que os biografados atribuem às suas vidas se consubstancia nesta construção identitária que os tornou, acima de tudo, resistentes, porque clandestinos.

Também uma pessoa que tem uma vida cheia, que teve uma vida cheia, que fez aquilo que achou que era útil, mais do que entrar de manhã num emprego e sair à tarde de um emprego, dá uma satisfação muito grande, dá uma sensação de ser útil muito mais intensa, do que a pessoa que vai para o emprego, sai do emprego, vai para casa, sai... é muito

³⁶ Entrevista a Sérgio Vilarigues, Sintra, 14 e 28 de Maio de 2005, 5 cassetes.

mais, uma sensação de ser útil, uma sensação de que fez alguma coisa que valeu a pena e dá uma satisfação íntima muito grande. Eu acho que são razões para a alegria, não estou a forçar, sou mesmo alegre e agora que fiz esse livro, como um balanço, foi muito bom para mim também, para fazer as contas, pôr um traço por baixo, está arrumado e sinto-me alegre (Margarida Tengarrinha)³⁷.

A desvalorização individual e a valorização da identidade coletiva., que se consubstancia na linguagem, no uso do pronome “nós” em detrimento do “eu” dá conta de uma vida fortemente imbricada no coletivo, no grupo, cuja identidade individual adquire sentido através das interações sociais que se estabeleceram. É como lutadores e resistentes que os biografados se vêm. As suas histórias de vida são elaboradas procurando revestir trajetos acidentados, como todos os trajetos de vida, de uma forma consistente, falando sobre o passado mas também sobre o tempo presente. Cada narrativa permite revestir cada vida com um sentimento pessoal de continuidade e de estabilidade. Usando o conceito de Goffman – “identidades sociais reais” – que designa a “incorporação da identidade pelos próprios indivíduos”³⁸, podemos considerar que a incorporação identitária que os biografados efetuaram é de uma identidade resistente.

³⁷ Entrevista a Margarida Tengarrinha, Lisboa, 21 de Junho de 2005, entrevista gravada, 1 cassete.

³⁸ Claude Dubar, *A Socialização* (Porto: Porto Editora, 1997), p. 107.